

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI Nº 2.088, de 2007

Dispõe sobre a indicação geográfica protegida para o biocosmético amazônico.

Autor: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN

Relator: Deputado MARCELO SERAFIM

I - RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão para apreciação o Projeto de Lei nº 2.088, de 2007, de autoria da nobre Deputada Vanessa Grazziotin, que delimita a região geográfica protegida para o biocosmético amazônico, bem como regulamenta o uso do certificado de origem "biocosmético amazônico" para o produto que utilize em sua formulação matéria-prima daquela região e que seja produzido no pólo de cosméticos da Zona Franca de Manaus.

Na sua justificção, a ilustre Deputada argumenta que existe uma grande quantidade de empresas atuando no mercado de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos que gera um grande faturamento de impostos aos seus estados, porém só 20 dessas empresas se encontram na Região Norte.

A autora observa que a demanda de cosméticos naturais é crescente em todo o mundo e a biodiversidade da Amazônia é única e uma das mais ricas do mundo, constituindo, assim, uma reserva estratégica para a

exploração sustentável da Floresta Amazônica, podendo ser utilizada de maneira sustentável para gerar emprego e renda às populações nativas.

Ademais, salienta que a indicação geográfica protegida para o “biocosmético amazônico” valorizará a matéria-prima amazônica e protegerá aqueles que utilizarem efetivamente os valiosos recursos regionais visando a geração de postos de trabalho e renda para a população amazônica, sem impactar negativamente o meio ambiente.

O projeto de lei em análise considera matéria-prima amazônica aquela proveniente da flora, fauna ou do reino mineral, que tenha sido extraída, coletada, cultivada, criada ou produzida na Amazônia Legal.

Ainda em sua proposta, a ilustre deputada determina que para ter o certificado, o uso de matérias-primas amazônicas deve corresponder a no mínimo 10% (dez por cento) do valor total das substâncias constituintes da fórmula do produto. Além disso, 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do produto deve corresponder à aquisição de matérias-primas amazônicas ou insumos e embalagens elaboradas a partir de matérias-primas amazônicas.

Por fim, o projeto de lei em comento determina que durante os cinco primeiros anos de implantação do pólo de cosméticos amazônicos, não sendo atingido o percentual participativo de 25% (vinte e cinco por cento), a empresa deverá depositar valor equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) da diferença na conta da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Após o sexto e até o décimo ano da instalação do pólo, se o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) não tiver sido atingido, deverá ser feito depósito para a Suframa de valor equivalente a 200% (duzentos por cento) da diferença.

O projeto foi distribuído às Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Procedendo ao exame, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 2.088, de 2007, sob a perspectiva desta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, parece-nos pertinente a intenção da Autora de propor a indicação geográfica a ser protegida para o biocosmético amazônico, bem como regulamenta o uso do certificado de origem "biocosmético amazônico" para o produto que utilize em sua formulação matéria-prima daquela região e que seja produzido no pólo de cosméticos da Zona Franca de Manaus.

Isto porque o citado projeto, fortalece ainda mais o promissor segmento dos biocosméticos, pois ele delimita a área geográfica a ser utilizada pelo mercado de produtos da Amazônia. Isso quer dizer que quem quiser usar a marca "Amazônia" ou de sua biodiversidade precisa produzir na região, instalar uma fábrica local, gerar empregos.

Concordamos quando a ilustre Deputada afirma que é

crescente em todo o mundo a utilização de produtos naturais, sendo esta uma mudança da tendência do consumidor mundial, por isso o apelo mercadológico é muito forte. Porém, ocorre que em termos de riqueza e do desenvolvimento das comunidades, não tem ficado nada na região amazônica. Acreditamos que o presente projeto resgatará essa identidade da Amazônia.

Gostaríamos, no entanto, de propor uma emenda que estenda a delimitação geográfica para toda a Amazônia Legal e não fique restrita somente no âmbito da Zona Franca de Manaus, evitando, assim, uma discriminação com o restante da região.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do mérito do Projeto de Lei nº 2.088, de 2007, com as emendas que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCELO SERAFIM
Relator

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI Nº 2.088, DE 2007

Dispõe sobre a indicação geográfica protegida para o biocosmético amazônico.

EMENDA nº 01

O inciso I, do art. 2º do Projeto de Lei nº 2.088/2007, passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 2º....

I – biocosmético amazônico: o produto cosmético que utilize em sua formulação matéria-prima amazônica ou insumo elaborado com matéria prima amazônica, que lhe confirmem apelo mercadológico amazônico, e que sejam produzidos no pólo de cosméticos amazônicos da Amazônia Legal;"

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCELO SERAFIM

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

PROJETO DE LEI Nº 2.088, DE 2007

Dispõe sobre a indicação geográfica
protegida para o biocosmético amazônico.

EMENDA Nº 02

O art. 3º do Projeto de Lei nº 2.088/2007, passa a vigorar
com a seguinte redação.

*"Art. 3º. Para ser considerado um biocosmético
amazônico um produto cosmético elaborado na Amazônia
Legal deve:"*

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCELO SERAFIM

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

PROJETO DE LEI Nº 2.088, DE 2007

Dispõe sobre a indicação geográfica
protegida para o biocosmético amazônico.

EMENDA Nº 03

O Parágrafo único do art. 5º do Projeto de Lei nº 2.088/2007, passa a vigorar com a seguinte redação.

*"Art. 5º.....
Parágrafo único. Os depósitos acima referidos deverão
ser efetuados em nome da Superintendência de
Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e deverão ser
integralmente aplicados na Amazônia Legal."*

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MARCELO SERAFIM